

O tema dos movimentos sociais nos espaços de divulgação e socialização do conhecimento no serviço social na primeira década do milênio

El tema de los movimientos sociales en las áreas de divulgación y socialización del conocimiento en el trabajo social en la primera década del milenio

Edaléa Maria Ribeiro*
Bárbara Schuelter**

Resumo

O presente trabalho é resultado parcial de uma pesquisa realizada no grupo de pesquisa MOSCOPSS – Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social – do Departamento de Serviço Social da UFSC. Apresenta o resultado quantitativo quanto à presença da temática movimentos sociais nos primeiros dez anos do milênio em trabalhos publicados nos eventos promovidos pela categoria profissional no Brasil: os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e os Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS). Os dados coletados permitem afirmar que o tema não desapareceu por completo nesses espaços de socialização do conhecimento no serviço social, ainda que a profissão tenha tido um distanciamento profundo em relação ao mesmo, fruto das referências teóricas que orientaram as reflexões do tema na profissão. Os mesmos dados ainda nos permitem afirmar que pouco a profissão contribuiu com o avanço do conhecimento acerca do tema, já que a absoluta maioria dos trabalhos constituem-se reprodução do conhecimento das áreas de humanas e sociais, e que fragiliza a profissão na sua intervenção junto a estes sujeitos coletivos que mais do que nunca estão presentes nos cenários local, nacional e internacional, com ações coletivas e demandas fundamentais.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, serviço social, produção do conhecimento e socialização

Resumen:

Este trabajo es en parte resultado de las investigaciones llevadas a cabo por el grupo de investigación MOSCOPSS - Los movimientos sociales contemporáneos, Política Social Sectorial y Trabajo Social - Departamento de Trabajo Social UFSC. Presenta el resultado cuantitativo de la presencia del tema los movimientos sociales en los primeros diez años del milenio en los trabajos publicados en los eventos organizados por categorías profesionales en Brasil: el Congreso Nacional de Trabajadores Sociales (CBAS) y el Encuentro Nacional en Investigación Social (ENPESS). Los datos recogidos nos permiten afirmar que el problema no ha desaparecido por completo en estos espacios de socialización del conocimiento en el trabajo social, a pesar de que la profesión ha tenido

* Professora do Departamento do Serviço Social na UFSC, Mestre (1992) e Doutora (2004) em Serviço social pela PUCSP e Líder do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social (MOSCOPSS) do Programa de Pós graduação em Serviço social da UFSC. Integrante do NEMOS/PUCSP. Endereço eletrônico: emribeiro@cse.ufsc.br.

** Acadêmica do Curso de Serviço Social da UFSC e bolsista do MOSCOPSS - Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social. <http://moscopss.blogspot.com>. Endereço eletrônico: barbaraschuelter@gmail.com. **Fecha de recepción:** 4 de julio de 2011. **Fecha de aprobación:** septiembre 3 de 2011.

un distanciamiento profundo de la misma, el resultado de un marco teórico que guió las discusiones del tema en la profesión.

Los mismos datos nos permiten afirmar que la profesión ha contribuido muy poco al avance del conocimiento sobre el tema, ya que la mayoría de los puestos de trabajo son absoluta a la reproducción del conocimiento de las humanidades y sociales, y debilita la profesión en su discurso en la estos sujetos colectivos que están más que nunca presente en los escenarios local, nacional e internacional, con la acción colectiva y las demandas fundamentales.

Palabras clave: Movimientos Sociales, trabajo social, producción e intercambio de conocimientos

Sumário: 1. Apresentação. 2. Introdução. 3. Um panorama da divulgação e socialização do conhecimento acerca do tema Movimentos Social a partir de eventos significativos da categoria profissional. 4. As fontes de referência dos autores dos trabalhos. 5. A origem dos estudos socializados. 6. O tratamento dado ao tema nos trabalhos publicados em CBAS e ENPESS. 7. Os avanços da profissão para a compreensão do tema movimentos sociais hoje. 8. Considerações Finais. 9. Referências Bibliográficas.

1. Apresentação

O presente trabalho é produto parcial de pesquisa documental acerca da produção e socialização do conhecimento sobre o tema *movimentos social em eventos nacionais brasileiros* ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social – e CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – com o objetivo de identificar e compreender como o tema se fez presente nesses espaços nos últimos dez anos.

Tratou-se de uma pesquisa quanti-qualitativa de caráter documental realizada via coleta de dados através dos documentos oficiais dos ENPESS e CBAS, passando por três etapas básicas no trabalho de análise de conteúdo: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação referencial. É importante salientar aqui que qualquer técnica adquire sua força e seu valor exclusivamente mediante o quadro de referência teórico que lhe orienta. E os quadros teórico que nos orientou foi a perspectiva crítica. Importante destacar, finalmente, que o universo desta pesquisa se constituiu de todos os encontros nacionais de ENPESS e CBAS acontecidos no Brasil entre os anos de 1999 a 2008.

A pertinência da pesquisa se colocou por dois motivos principais: um primeiro por serem os movimentos sociais, de forma direta ou indireta, espaços de trabalho para a profissão, e daí a necessidade de compreendermos como esta vem refletindo sobre o tema. O segundo motivo, tão importante quanto o primeiro, diz respeito à presença ativa destes sujeitos coletivos no cenário local, nacional e internacional; compreender suas demandas, suas reivindicações é algo fundamental para a profissão uma vez que estas demandas chegam ao profissional via serviço, projetos, programas e políticas sociais, instrumentos privilegiados do exercício profissional nos mais diversos espaços de trabalho dos assistentes sociais.

2. Introdução

Em fins dos anos 70 e ao longo dos anos 80 do século XX vimos os “movimentos sociais” constituírem-se tanto espaços sócio-ocupacionais do serviço social quanto tema de reflexão e debate da categoria, face a profunda vinculação com estes. Tratou-se de um momento conjuntural ímpar vivido no cenário brasileiro, com o fim da ditadura militar e a perspectiva de construção de um amplo processo de redemocratização do país.

Vivia-se na profissão um período de renovação, marcado por diferentes tendências, que se convencionou chamar “reconceituação”. O encontro do serviço social com os movimentos sociais, no espaço acadêmico, se caracterizou pela negação do desenvolvimento de comunidade já que, para os profissionais da época, tratava-se de perspectivas completamente antagônicas.

Entretanto, pela importância desses como sujeitos coletivos fundamentais na re-construção do processo democrático do país, e os mesmos se constituindo campo de atuação profissional e de inúmeras experiências de universidades junto aos movimentos de bairro, CEB's e outros, em 1982, quando é aprovado pela então ABESS o novo currículo mínimo tendo como eixo a perspectiva crítica, reintroduz-se a disciplina desenvolvimento de comunidade, ainda que com conteúdo de movimentos sociais, dando ênfase à educação popular, a pesquisa e observação participantes.

É fato que esta re-edição foi problemática (Wanderley, 1993), tanto que a disciplina desaparece das Diretrizes Curriculares de 1996, apesar do debate efetuado por aqueles (poucos) que defendiam a necessidade do tema ser mais aprofundado pelo serviçosocial, já que a dimensão do coletivo não deixara de existir no exercício profissional .

Na segunda metade dos anos 90 o tema movimentos sociais perde centralidade no debate, sendo “a bola da vez” os conselhos de direitos e de políticas, em que pese *os Pressupostos da Formação Profissional contidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS*, com o núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira as Diretrizes indicando a necessidade do “conhecimento, em profundidade, do movimento das ações das classes subalternas, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo”; das suas condições de vida e trabalho; das suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; das formas de luta e de organização; das suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou insubordinação que explicitam modos de ver e pensar desses sujeitos (ABEPSS, 1996:12).

Também o Código de Ética do Assistente Social, um dos pilares do projeto ético político da profissão aprovado pela categoria na primeira metade dos anos 1990, já previa nos seus princípios fundamentais:

O reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (CFESS, 1993).

Este mesmo Código de Ética, no capítulo IV, dizia ser direito do Assistente Social o apoio aos movimentos sociais e organizações populares, assim como se constituía num dever o respeito à autonomia desses:

Artigo 12º - Constituem direitos do Assistente Social:

B. apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Artigo 13º - São deveres do Assistente Social:

C. respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.

Entretanto, há que se destacar, que este apoio e/ou participação em movimentos sociais assinalado no Código de Ética não implicava ou não tem, necessariamente, uma vinculação direta com o exercício profissional, tratando-se de um princípio ético-político que o orienta.

Ésamente na Lei no 8.662/93, que regulamenta a profissão ,que encontramos uma clara referência do exercício profissional junto a estes sujeitos coletivos. De acordo com a referida leiécompetência do Assistente Social“ *prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade*”.

Porem, ao longo dos anos 90, o movimento feito pela categoria foi o de distanciamento dos movimentos sociais e de suas lutas sociais, seja pela centralidade que se colocava para a profissão a efetivação dos conselhos de direitos, seja pela referência de análises teóricas e o discurso das esquerdas que apontavam para o encolhimento e fragilização da sociedade civil na luta pela qualidade das políticas sociais e da garantia dos direitos sociais e do trabalho, bem como o “isolamento” dos sindicatos e movimentos sociais (principalmente os movimentos sociais urbanos), através da desqualificação e/ou anulação da sua capacidade de luta e resistência.

Tal distanciamento se materializou tanto em termos de socialização e divulgação de conhecimento, quanto de experiências concretas de exercício profissional junto a estes sujeitos coletivos.

Em pesquisa efetuada junto a anais publicitados pelos espaços de socialização do conhecimento no serviço social – Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço social (ENPESS) – constatou-se que do total de 5.439 trabalhos publicados na primeira década de 2000 (2000-2009), apenas 2,35% (128) trataram do tema movimentos sociais. Em que pese este distanciamento, os dados nos permite afirmar que o tema não desapareceu por completo nos eventos promovidos pela categoria profissional.

Profissionais, docentes e estudiosos do serviço social continuam insistindo na temática na medida em que novos desafios, novas exigências se colocam para uma profissão que se entende inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, numa realidade social que vivencia profunda transformação, fruto dos novos processos flexibilizadores do mercado de trabalho e da reforma do Estado Brasileiro, cujo impacto não só atinge seu exercício profissional, mas seu próprio processo de formação.

Entender como este segmento da categoria profissional vem refletindo o protagonismo dos movimentos sociais num contexto de complexas transformações societárias, as implicações disto para a profissão – já que o serviço social inserido neste processo contraditório é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social¹ – é desafio urgente.

Logo, o que se colocou como problema de pesquisa foi a necessidade de identificar e compreender qual é o tratamento dado ao tema, neste período de tempo: qual a discussão central dos trabalhos divulgados? Qual a origem dos estudos? Resultado de pesquisas de dissertação ou tese de pós-graduação? Foram temas de estudos de grupos de pesquisa? Ou foram temas gerados pelo cotidiano de exercício profissional? Tratou-se de uma discussão teórica? De relatos individuais de práticas? De reflexões do tema na formação profissional? Quais autores influenciaram a produção do serviço social neste período? E finalmente, quais os avanços produzidos na relação serviço social – movimentos sociais?

Foram analisados os trabalhos publicados no X, XI e XII CBAS, bem como os publicados nos VII, VIII, IX, X e XI ENPESS. Abaixo apresentamos os resultados parciais e as reflexões iniciais pertinentes ao propósito do estudo.

3. Um panorama da divulgação e socialização do conhecimento acerca do tema *Movimentos Sociais* a partir de eventos significativos da categoria profissional

Abaixo apresentamos um panorama quantitativo da divulgação e socialização do conhecimento sobre o tema movimentos sociais, a partir dos CBAS e ENPESS. Ao buscarmos inicialmente dados de natureza quantitativa sobre o número de trabalhos apresentados ao longo de 2000-2009, este dado corrobora a afirmação anteriormente explicitada: ao longo desta primeira década de 2000, a categoria permaneceu afastada do tema movimentos sociais.

Tabela 1. Total de trabalhos publicados em Congressos da Categoria sobre Movimentos Sociais

ENCONTROS	NUMERO TRABALHOS	TRAB. SOBRE MOV. SOCIAIS	%
CBAS	2.711	73	2,69
ENPESS	2.728	55	2,00
Total	5.439	128	2,35

Conforme indica a tabela 1, de imediato os dados nos informam que ao longo dos anos 2000-09

Movimentos Sociais permaneceu não sendo um tema prioritário para a profissão, basta ver que ao longo do período, do total de trabalhos publicados nos CBAS e ENPESS (5.439), apenas 2,35% (128) trataram da temática.

¹ Destacamos aqui que a compreensão da questão social é indissociável *tanto* das configurações assumidas pelo trabalho *quanto* da arena de disputas entre projetos societários explicitados por distintos interesses de classes, projetos estes expressos nas bandeiras de lutas dos movimentos sociais.

Os temas que mobilizaram a categoria disseram respeito às políticas sociais, em especial previdência, saúde a assistência, seguido de temas como: trabalho e formação profissional; Infância, juventude, velhice; estado e democracia.

Quando olhamos separadamente cada evento, como os CBAS acontecidos entre os anos de 2001 e 2007, percebemos uma pequena variação no número de trabalhos aprovados e publicados, como nos informa a tabela N° 2.

Tabela N° 2. Total de trabalhos publicados nos X, XI e XII CBAS – 2001, 2004, 2007

CBAS	NUMERO DE TRABALHOS	TRAB. SOBRE MOV. SOCIAIS	%
X	784	34	4,33
XI	1.076	12	1,11
XII	851	27	3,17
Total	2.711	73	2,69

Nos CBAS, do total de 2.711 trabalhos aprovados e publicados, apenas 2,69% trataram do tema. Se em 2001 eles expressaram 4,33%, no encontro que segue tivemos uma redução significativa (1,11%), só voltando a aumentar em 2007 (3,17%).

Poderíamos considerar como fator de peso o local dos eventos. Em 2001, o CBAS foi realizado no Rio de Janeiro, em 2004 em Fortaleza, e o de 2007, na cidade de Foz do Iguaçu. Entretanto, entendemos este elemento pouco significativo, já que a aprovação e publicação não implicam na obrigatoriedade da apresentação do trabalho por parte do autor, visto que o condicionante para a publicação é o pagamento da inscrição e não a presença do autor no evento.

Observando os dados dos ENPESS acontecidos entre 2000 e 2008 a tabela 3 nos informa que:

Tabela 3. Total de trabalhos publicados nos VII, VIII, IX, X, XI ENPESS – 2000, 2002, 2004, 2006, 2008

ENPESS	NUMERO TRABALHOS	TRAB. SOBRE MOV.SOCIAIS	%
VII	230	05	2,17
VIII	427	05	1,17
IX	540	11	2,03
X	745	11	1,5
XI	786	23	3,0
Total	2.728	55	2,0

Em se tratando dos ENPESS acontecidos ao longo dos anos 2000-08, os dados nos informam que a presença de trabalhos sobre o tema movimentos sociais é respectivamente 2,17%; 1,17%; 2,03%; 1,5%; 3,0%. Ainda chama a atenção o fato de que nos anos 2002 (VIII) e 2006 (X), o

número de trabalhos apresentados foi praticamente metade, seja do encontro anterior, seja do posterior.

Quando comparamos o total de trabalhos dos CBAS com os ENPESS ao longo dos eventos, verificamos uma preocupação maior da categoria profissional no exercício efetivo da profissão no que diz respeito à divulgação e socialização desta produção do que com a produção da academia, ainda que no geral a porcentagem dos trabalhos publicados sejam relativamente semelhantes.

Um dado que merece reflexão, considerando que os ENPESS se constituem Encontros de Pesquisadores em Serviço social, é que o número de Pós-Graduações no Brasil no início do milênio somavam mais de 15 programas. Se pegarmos os dados constantes no DATACAPES período 1998-2002, quanto à produção discente nos programas de Pós Graduação na área de Serviço Social (indicações de eixos temáticos a partir de teses de doutorado e dissertações de mestrado) constataremos que as temáticas Questão Urbana, Movimentos Sociais, Meio Ambiente, e Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente tiveram uma produção de 10,27% e 3,82% respectivamente (Carvalho, Silva e Silva, 2005:93).

A partir desses dados, verifica-se que o tema é significativo em termos de objeto de pesquisa, mas não o é nos espaços de divulgação e socialização da categoria profissional, onde a primazia continua sendo o tripé da seguridade e mais recentemente, trabalho.

Outra reflexão pertinente é quando pensamos estes dados na relação com a Pós - Graduação e a produção de conhecimento em serviço social. Segundo Carvalho e Silva e Silva (2005:89), a partir de informações coletadas junto à CAPES/MEC 2004, a incidência da temática *Movimentos sociais/processos organizativos/associativismo/sujeitos sociais* presente nas Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social ocupa o 5º lugar em temáticas mais prevalentes (14 indicações), de um total de 17 temáticas.

Se compararmos as produções apresentadas nos CBAS e ENPESS (2,35%) com os dados apresentados pelas professoras pesquisadoras Carvalho e Silva e Silva (2005), veremos, pois, a profunda lacuna entre o que se produz na academia e o que chega aos espaços legítimos de divulgação e socialização de conhecimento da categoria.

O questionamento que fica é: por que um tema que ocupa um espaço de significativa prevalência na academia não consegue visibilidade correspondente nos espaços de divulgação e socialização da categoria? Quais os elementos impeditivos desta possibilidade?

4. As fontes de referência dos autores dos trabalhos

Uma das preocupações foi com a fonte de referência dos autores que fundamentam a construção teórica dos trabalhos apresentados. Aqui identificamos cinco dos autores mais citados, do Serviço Social e de outras áreas acadêmicas.

Na sistematização dos dados foram desconsiderados dois documentos que fundamentaram os trabalhos em geral: a Constituição Federal Brasileira de 1988 e o Código de Ética do Assistente Social.

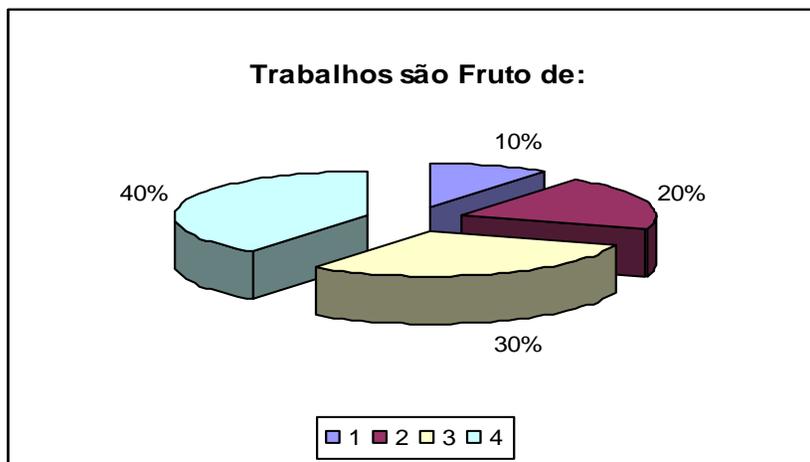
Assim, nesse tratando de referência no serviço social temos: José Paulo Netto (1990, 1996, 1998, 1999), Maria Ozanira da Silva e Silva (1995), Marilda Vilela Iamamoto (1985, 1992, 1998, 1999, 2002, 2003, 2004), Maria Lúcia Martinelli (1993, 1998, 1999) e Carlos Montaña (2002, 2005).

Com relação aos autores das outras áreas, destacam-se os autores da área da sociologia: Maria da Glória Gohn (1982, 1990, 1991, 1994, 1995, 1997, 1990, 2000, 2001, 2003) seguida de Ilse Scherer-Warren (1986, 1993, 1994), Ricardo Antunes (1993, 1995, 1999, 2000, 2004), Eder Sader (1988), e o sociólogo e cientista político Emir Sader (1995, 2003).

Isto nos informa que na área do serviço social, os autores da perspectiva crítica são a referência. Em se tratando de autores de áreas afins, que discutem movimentos sociais, a interlocução do serviço social é extremamente reduzida. É evidente a ausência dos debates presentes nestes espaços, o que nos leva supor que o serviço social se apropria de determinadas teorias muitas vezes de forma acrítica, como verdades estabelecidas. Com isto perde toda a riqueza do debate e das possibilidades de poder, a partir da própria profissão, contribuir no mesmo.

5. A origem dos estudos socializados

Outra preocupação da pesquisa foi identificar a origem dos trabalhos: se resultado de teses, dissertações, de trabalhos de grupo de pesquisas ou se do exercício direto da profissão. Num olhar atento aos 128 trabalhos, a pesquisa revelou que:



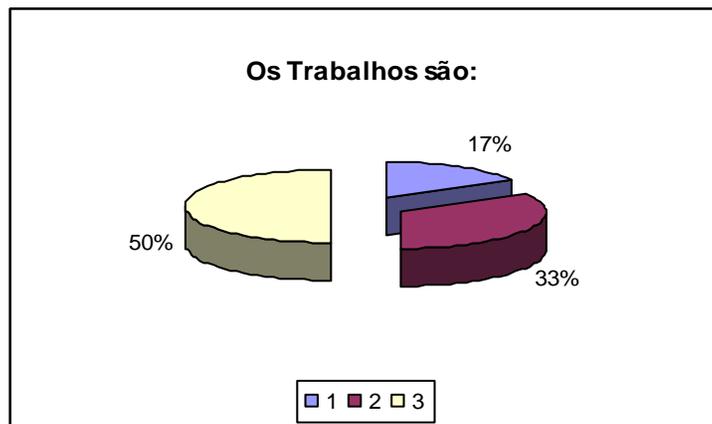
Quadro 1: Origem dos trabalho

1. Resultado de Pesquisas de Grupos de Pesquisas (22 trabalhos)
2. Teses de Doutorado (18 trabalhos)
3. Dissertações de Mestrado (22 trabalhos)
4. Outros (66 trabalhos)

O quadro acima nos revela a origem dos trabalhos publicados: trabalhos majoritariamente produzidos no seio da academia (60%). Este dado cresce ainda mais quando analisamos o item “Outros”: verificamos que dos 66 trabalhos, 56 estão ligados a parcerias com Instituições de Ensino

Superior. Apenas 10 trabalhos têm sua origem pautada exclusivamente na atitude investigativa que orienta o exercício profissional.

Quando nos perguntamos de que tratam os trabalhos apresentados, a análise destes nos informa que:



Quadro 2: Conteúdo dos trabalhos

1. Relatos de Experiência (18 trabalhos)
2. Debate Teórico (44 trabalhos)
3. Pesquisa de Campo (66 trabalhos)

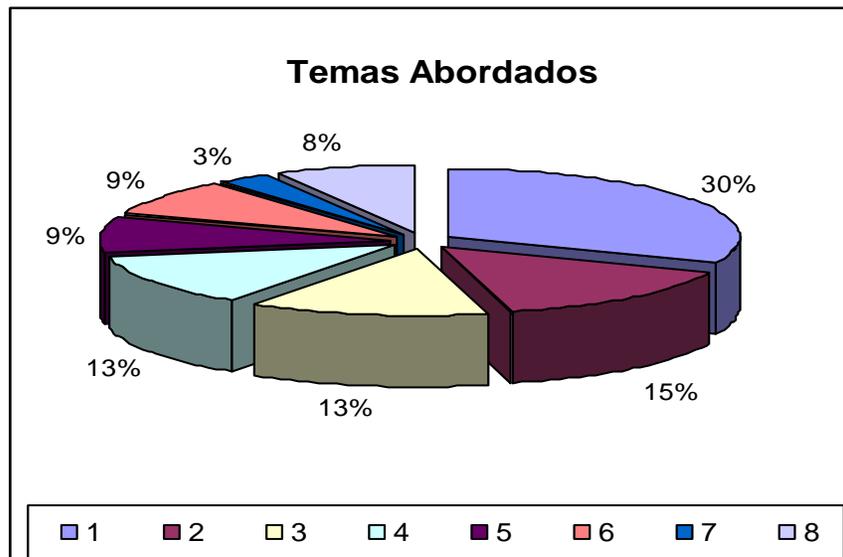
A pesquisa ainda demonstrou que 69% destes trabalhos privilegiaram a dimensão micro social e 31% a perspectiva macro social.

Estes dados indicam que a produção e socialização do conhecimento acerca de movimentos sociais é algo fundamentalmente ligado à academia. Não se trata de uma ação presente no exercício profissional, em que pese a presença de 66 trabalhos como pesquisas de campo. Importante ressaltar que as referidas pesquisas são pesquisas empíricas/exploratórias, não pautadas a partir do exercício profissional, mas de temas presentes na profissão, muitas vezes respondendo aos interesses dos grupos e linhas de pesquisas ao que os estudiosos estiveram ligados, nos respectivos programas de pós graduação, como nossa leitura atenta indicou.

Também este dado sinaliza que, com exceções, não há uma prática continuada de pesquisa por parte de grande maioria dos pesquisadores. O que comprova esta afirmação é o fato de não encontrarmos, com certa regularidade, publicações destes pesquisadores ao longo dos 10 anos.

6. O tratamento dado ao tema nos trabalhos publicados em CBAS e ENPESS

Uma segunda preocupação expressa na pesquisa foi, a partir da identificação dos trabalhos, identificar os recortes do tema efetuados pelos autores. Analisando os 128 trabalhos, identificamos 08 grandes temas:



Quadro 3. Temas abordados

1. Movimentos sociais urbanos: a luta pela democracia participativa no acesso à cidade (40 trabalhos)
2. Movimentos sociais – gênero/geração/minorias (19 trabalhos)
3. A relação serviço social - movimentos sociais (18 trabalhos)
4. Movimentos sociais no campo: sujeitos, trajetórias, organização, projeto político (16 trabalhos)
5. Movimentos sociais: trajetórias, desafios (11 trabalhos)
6. Movimento sindical e a realidade atual (11 trabalhos)
7. Movimentos sociais e Ong's – um debate em aberto (04 trabalhos)
8. Outros (09 trabalhos)

Os dados quantitativos acima evidenciam uma preocupação importante para o serviço social- os movimentos sociais urbanos e suas lutas. Também a temática geracional/gênero/minorias é um tema de profunda relevância.

Mas o grande destaque é que apenas 13% destes autores (18) estão preocupados com a relação serviço social – movimentos sociais. Isto nos leva supor que persiste na profissão uma dificuldade de aproximação de exercício profissional junto a movimentos sociais, ou, tão grave quanto isto, nossa dificuldade em explicitar como vem se dando esta aproximação. Sabemos a carência de produções acerca do fazer profissional, como se a sistematização, o pensar e exercício profissional naquilo que lhe é próprio, fosse algo de menor valor ou “um retorno ao conservadorismo” como muitas vezes escutamos de colegas.

7. Os avanços da profissão para a compreensão do tema movimentos sociais hoje.

Procuramos ainda, a partir de leitura minuciosa de cada um dos trabalhos, identificar os avanços da profissão para a compreensão do tema. Abaixo destacamos os conteúdos trabalhados pelos pesquisadores, bem como procedemos uma análise sobre o quanto estes contribuíram para que a

profissão compreenda melhor e com profundidade o tema, de forma a contribuir com uma ação mais qualificada técnica, teórica e política no seu exercício junto a estes sujeitos coletivos.

No tema *Movimentos Sociais e ONG's* os autores trazem uma retrospectiva histórica dos anos 1980 e 1990, destacando as transformações econômicas, a relação tensa e ambígua entre Estado e Sociedade Civil e a valorização das ONG's. Geralmente pautados na produção advinda das Ciências Humanas e Sociais como em Scherer-Warren (1999) Gohn (1997), apropriam-se das conclusões dos autores sem apropriação do debate efetuado, apenas reproduzindo este conhecimento. Um reprodução por vezes parcial, sem sequer mencionar que há nestas construções teóricas leituras distintas, por vezes divergentes acerca da realidade analisada, levando o autor a pensar que trata-se de uma compreensão universal, quando na realidade trata-se de compreensão hegemônica, muito longe da idéia de homogeneidade. Daí a pertinência da frase de Millôr Fernandes que diz que “O perigo de meia verdade é você dizer exatamente a metade que é a mentira.” Pergunta-se se, passados quase 20, 30 anos, não teríamos avançado na compreensão das décadas de 80 e 90 com maior profundidade, trazendo elementos que antes não estavam postos, novos olhares sobre uma mesma realidade? Os textos caracterizam-se muito mais como discursos cristalizados como verdades absolutas, o que pouco (ou nada) contribui para o aprofundamento e compreensão da profissão sobre o tema proposto.

Os trabalhos relacionados ao tema *Movimentos Sociais e “Outros”* discutem a importância das múltiplas formas de manifestação política e de resistência, debatem os impactos sociais oriundos das construções de obras, o enfrentamento com os interesses ideológicos e econômicos, a importância dos movimentos e da participação social na ampliação de direitos, no reconhecimento social e poder social e da consolidação de uma concepção política crítica de mundo, por exemplo:

O que podemos observar no caso em estudo é que foi necessário uma grande luta da parte dos pequenos agricultores envolvendo órgãos, instituições e entidades que trabalham na luta pela preservação e ampliação dos direitos e da cidadania. E que os governos priorizam obras em favor do desenvolvimento sem dar muita importância à pessoas que são atingidas direta e indiretamente. (Bernardes, Hehlen, Gomes, Santos, 2004:7)

O fato é que este debate não foge à análise acima mencionada. Também pouco contribui com a profissão uma vez que seus autores acabam se limitando a relato de experiências, reafirmando a lenta e ineficácia ação do Estado, sem propor um indicativo de novas leituras, ou novos elementos que proporcionariam uma direção, uma saída, levando o leitor a concluir que as saídas são da responsabilidade de cada profissional, algo individual, reafirmando uma visão fatalista da profissão.

Os artigos agrupados ao tema *Movimentos Sociais e Movimento Sindical* trouxeram pesquisas sobre a reestruturação produtiva, o “novo sindicalismo” focalizando a CUT, a proposta de desvelar o significado da Oposição Sindical, a construção de novas estratégias e táticas do sindicato para uma possível negociação, a reflexão de luta contra a exploração e opressão, as diferentes formas de transgressão e a discussão da dispersão do operário no coletivo submetido no cotidiano do trabalho. Alguns autores mencionam também a relação do Movimento Sindical - Serviço Social, apontando a contradição com o projeto ético-político do Serviço Social na questão da sua contribuição na reprodução da política neoliberal ou no crescimento do controle social, como no texto de Azevedo:

Forças progressistas atravessaram o Serviço Social de forma a comprometê-lo com as necessidades e prioridades sociais dos segmentos populares no Brasil, assim como com a defesa das políticas públicas e com a qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva da garantia da efetivação dos direitos sociais, donde sobressaiu a militância política dos assistentes sociais com as entidades e atores da sociedade civil que estavam engajados na luta pela construção de um novo projeto societário. (Azevedo, 2007:6)

Alguns autores apontam indagações sobre a atuação profissional e seus desafios no cotidiano para trabalhar o coletivo sem nenhuma tentativa de construção de respostas aos desafios apresentados, o que acaba reiterando a visão fatalista acima mencionada.

O tema *Movimentos Sociais: trajetórias e desafios*, de maneira geral, fazem um levantamento histórico da trajetória das lutas e ações sociais como forma de enfrentamento à lógica neoliberal na realidade brasileira. Os autores apresentam a imagem das lutas através da imprensa, o protagonismo dos Movimentos Sociais em tempos recentes, a direção política, o potencial democratizador e emancipatório, e problematizam a discussão da “crise dos movimentos sociais”. Estes relacionam os Movimentos Sociais com o Serviço Social na necessidade da defesa das políticas públicas universais, sendo que o Serviço Social é chamado para analisar, pesquisar, debater e trabalhar com o empoderamento dos sujeitos coletivos e na assessoria dos Movimentos Sociais. “Assim, o Assistente Social dentro dos movimentos sociais deve manter uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa visão de totalidade.” (Bernardes, Conceição, 2007:6). Mesmo que estes autores demonstrem a preocupação na articulação Serviço Social – Movimentos Sociais, ainda assim colocam a questão muito vaga, no “dever ser”. Tal medida interfere amplamente no exercício profissional, dificultando a clareza da atuação do Serviço Social.

Nos trabalhos agrupados no tema *Movimentos Sociais no Campo*, os autores destacaram a luta pela terra, pela reforma agrária; a história, o projeto ético-político da educação rumo à hegemonia, as experiências e reivindicações do MST (Movimento dos Sem-Terra); apontam as relações de poder entre os demandantes de terra e as instâncias estatais e o processo de organização e desenvolvimentos dos assentamentos; relatam da resistência à contradição para uma nova forma de produção e organização social, inclusão e participação, e tratam também dos conflitos entre os trabalhadores rurais e o MST. “Na diversidade de experiências de luta e formas de organização dos movimentos sociais no campo, considera-se como objeto do presente estudo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” (Kreutz, 2004:2). Poucos autores relacionaram essa luta com o exercício profissional do Assistente Social, apenas mencionando que o Serviço Social é desafiado à compreensão dos movimentos sociais a fim de intervir na efetivação do seu projeto ético-político. O fato que esta afirmação não contribui para avanços na ação profissional, uma vez que não se debate novas estratégias de interlocução e mediação do fazer profissional.

Na seção *Movimentos Sociais e Minorias*, os autores trazem: o conhecimento da realidade do movimento homossexual, a trajetória do Movimento Social de Idoso, dos Aposentados e Pensionistas, do Hip-Hop e do Movimento Negro, o enfrentamento do racismo, a importância da relação entre Estado e Sociedade Civil através dos Conselhos, questões que envolvem a constituição das mulheres negras brasileiras enquanto sujeitos coletivos, as mães em luta no espaço público, o percurso teórico-político do movimento feminista e a questão da saúde da mulher, a compreensão

do movimento de mulheres lésbicas, a participação das mulheres nos Conselhos Municipais de Gestão das Políticas Públicas, nos Movimentos Sociais e das formas de relação de gênero construída na sociedade, as novas lideranças femininas, a maior inserção feminina na área urbana e rural na luta pela terra, a luta pela igualdade, a relação de gênero e a política de proteção social, a relação entre violência estatal e a constituição de sujeitos políticos, interesse na relação entre Movimento Feminista e ONGs e a efetivação da Lei Maria da Penha. Em geral os artigos concluem com a afirmativa de que Serviço Social atua na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais, desenvolvendo atividades de assessoria, pesquisa, informações, educação popular, que é uma profissão interventiva aliada aos Movimentos Sociais, que luta pela transformação social e ampliação de consciência. Nada de inovador, visto tratarem-se de princípios éticos. “O Serviço Social é uma profissão interventiva na realidade, que se posiciona através de seu Projeto Ético-Político, a favor da justiça social e da equidade” (Rocha, 2000:4). Novamente não avançamos em indicativos para a qualificação da intervenção, com práticas críticas e criativas diante da realidade atual.

Os autores agrupados no tema *Movimentos Sociais Urbanos e o acesso à cidade* debatem a organização/segregação do espaço urbano, a elaboração do Plano Diretor Participativo, discussão da implementação do Estatuto da Cidade, as formas de atuação pelo direito à cidade e à habitação, a afirmação da reforma urbana, a história da política habitacional no Brasil, o significado e a intervenção política do Movimento Social Urbano, o Movimento de Trabalhador Sem-Teto (MTST), o Movimento de União dos Sem-Teto (MUST), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), o MST (urbano), a Central de Movimentos Populares (CMP), a concepção e configuração do movimento sócio-comunitário, a re-significação dos movimentos sociais, a mudança dos movimentos sociais após a criação dos Conselhos gestores, a luta pela moradia, por ocupação de terras urbanas para “novas legalidades”, a regularização, a função social da propriedade privada, as contradições do Estado de Direito *versus* a deterioração das condições de vida, principalmente nas periferias da cidade, a apreensão do novo padrão de pobreza urbana recente, o entendimento da construção de espaços públicos democráticos e a participação na efetivação do orçamento participativo, reflexão sobre a gestão democrática da cidade, o processo de urbanização das favelas, a relação das Associações de Moradores e sua inserção no cenário político municipal, o papel dos Fóruns, a necessária articulação entre espaços e esferas públicas, a participação e controle social, os espaços da Sociedade Civil, conquista de cidadania, a relação com a geração de trabalho e renda, a construção de identidade, a questão sócio-ambiental, do Conselho de Meio Ambiente e a educação ambiental.

Em vários destes trabalhos o Serviço Social é recordado pela sua intervenção através das Políticas Públicas, na função de: orientar os indivíduos na defesa dos direitos com olhar voltado às resistências, reforçar o Projeto Profissional na construção de nova ordem societária, implementar projetos para inserção dos usuários, formular, avaliar e acompanhar a política de habitação, se capacitar, conhecer a realidade e as expressões, realizar estudos, pesquisas, informar e encaminhar alternativas de reivindicações. “Como profissão, o olhar do serviço social sobre o movimento sócio-comunitário está voltado para aquilo que representa suas resistências e proposituras na construção do direito à cidade.” (Kohler, Santos, 2008). A questão é que os mesmos não informam avanços que se obteve para a profissão na sua atuação face às demandas trazidas pelos Movimentos Sociais Urbanos na luta pelo acesso à cidade.

Na ótica dos autores que tratam do tema *Movimentos Sociais e Serviço Social*, estes pautam a relação entre movimentos sociais e o exercício ético-profissional, na sua relação com o Código de Ética do Serviço Social, na inserção dos profissionais junto a movimentos sociais, na consolidação do projeto ético-político, na necessária articulação entre militância política e prática profissional, na questão da cidadania e na atuação em ações de assessoria aos movimentos sociais, na inserção do Serviço Social no meio rural, nas experiências de estágios, na dinâmica da ação política do CFESS, na reflexão sobre a nossa organização política, no entendimento do engajamento político do docente, na relação dos movimentos sociais com a educação, nos desafios para um projeto de assessoria, na formação política e na participação popular.

O Assistente Social, segundo autores, planeja, articula reuniões, realiza entrevistas, palestras, seminários, visitas domiciliares, encaminhamentos. Um profissional que deve ser informado, crítico e propositivo, com atuação que fortalecem os sujeitos sociais, politiza as necessidades cotidianas dos setores subalternos, formula projetos, potencializa as organizações sociais. Serviço Social deve investir na visibilidade dos Movimentos Sociais, através da *atividade*, e na consciência sócio-crítica do sujeito. “No que diz à militância política, esta e a prática profissional apresentam uma articulação, principalmente quando se trata de uma ação vinculada a movimentos sociais no seio da sociedade capitalista, pois as duas são dotadas de uma dimensão política.” (Lopes, Vieira, 2004:5)

Nessa articulação o Serviço Social deve comprometer-se com as lutas e as conquistas destes sujeitos coletivos, entretanto não se apresentam experiências concretas que informe esse fazer profissional. A fala do “Ser Profissional” está caracterizada como um discurso progressista, emancipador, como sustentado por experiências que apontem a efetivação de ações nesta perspectiva.

8. Considerações Finais

A totalidade dos trabalhos apresentados, grande maioria trazem leituras cristalizadas na academia acerca de movimentos sociais nos anos 80 (ascensão dos movimentos sociais) e 90 (crescimento das ONGs, globalização e perda da centralidade dos movimentos sociais, refluxo, etc). Constata-se uma confusão entre as leituras feitas acerca do contexto histórico com o próprio real, reafirmando assim uma distorção na compreensão da realidade, não atualizando o debate. A releitura sobre o tema e o tempo, reafirmam uma produção repetitiva e enfadonha das construções teóricas do momento histórico.

Os autores trazidos nestas produções não o são para estabelecer um diálogo com a realidade, ou ainda para trazer novos aportes daquele momento histórico; simplesmente são trazidos para reafirmar uma leitura hegemônica produzida na academia acerca dos anos 80 e 90, caracterizando-se, geralmente, como uma sistematização de conhecimento, parcial, tendenciosa, visto não trazer o debate e a polêmica já presente nas CSO e humanas sobre o protagonismo dos movimentos sociais nos anos 80 e 90, num contexto social, político e econômico muito distintos. Quase na totalidade dos trabalhos os únicos autores trazidos destas áreas são Gohn e Scherer Warren. Poucos trabalhos mencionam a relação movimentos sociais com o serviço social. Por fim, alguns dos trabalhos que trouxeram instigante reflexão sobre movimentos sociais, trazendo autores distintos, posicionamentos distintos, divergências teóricas acerca da análise dos movimentos sociais nas décadas anteriores e implicações desta leitura para o início do milênio. Não são necessariamente

pesquisadores do Serviço Social, mas de áreas afins, ou Assistentes Sociais que fizeram pós-graduação em áreas afins.

É fato que somente em tempos mais recentes, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na sua Política Nacional de Fiscalização, explicita a necessária articulação exercício profissional, movimentos sociais e organizações populares. A referida Política Nacional de Fiscalização diz que o Serviço Social deve:

Contribuir nos diferentes espaços para consolidar princípios e ações que banalizam a luta dos movimentos sociais populares. Incentivar no exercício profissional o diálogo com os movimentos sociais. Promover espaços de debates com os movimentos populares. Defender a reforma agrária e o direito a moradia e o apoio ao Movimento dos Trabalhadores do Sem Terra e Sem Teto (CFESS, 2007)

Entendemos, sem dúvida, que se trata de uma política fundamental, mas, somente isto é necessário? Não está a profissão desafiada a se reaproximar dos movimentos sociais enquanto espaços de exercício profissional? Marilda Iamamoto vem reiteradamente destacando em textos recentes a necessidade urgente da profissão de desenvolver práticas de educação popular, de organização da população, de intensificação de práticas que contemplem a democracia participativa direta.

Também é um desafio para os autores do serviço social que discutem que os movimentos sociais devem ampliar os interlocutores com as áreas afins que debatem o tema. Acompanhar o balanço do debate já feito sobre as distintas teorias de movimentos sociais, o que colocam de novo, quais dos novos elementos devem-se considerar, etc.

E, finalmente, nós mesmos desenvolver nossa capacidade de ultrapassar a posição de sistematizadores de conhecimento de áreas afins na direção de construção de um debate mais profícuo, a partir da leitura que a profissão tem acerca dos movimentos sociais, por sua relação, seja enquanto profissional, seja enquanto pesquisador com estes.

É fato que a relação dos movimentos sociais, em especial os movimentos urbanos, com o Estado modificou-se significativamente na entrada do milênio à medida que as formas de participação direta foram se institucionalizando (conselhos de direitos e de políticas, orçamentos participativos, planos diretores, conferências, audiências públicas, etc.).

A participação social e os processos de descentralização passaram a se dar nos espaços construídos no interior da sociedade política (não só), cujos interesses e regras têm sido estabelecidos principalmente pelos dirigentes dos órgãos públicos.

Entretanto, as ações e as conquistas no âmbito do Estado pelos movimentos sociais urbanos indicam que estes continuam interferindo nas políticas públicas por meio da formulação de propostas de programas e mecanismos de negociação e pressão, sendo elementos cruciais para a democratização das instâncias estatais e de acesso aos direitos urbanos. É urgente pois que a profissão tenha um quadro mais amplo e atualizado acerca das teorias dos movimentos sociais hoje, bem como uma nova percepção acerca destes, de forma a contribuir efetivamente com esta profissão que se diz comprometida com as forças democráticas e participativas que buscam um novo mundo possível.

9. Referências Bibliográficas

Abrantes, H.M.R.; Bezerra, C.S.; Portella, M.C.R.; Rodrigues, M.A.G. (2001) *Movimentos sociais e organizações não governamentais perfil sócio-político*, em 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001. Rio de Janeiro: CFESS. CD ROM do evento.

Antunes, Ricardo (1993) *A CUT entre o Classismo e a Social Democracia*. Neto, Sabestião e Giannotti, Vito. *Para onde vai a CUT?* São Paulo: Scritta .

Antunes, Ricardo (2004) *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados.

Antunes, Ricardo (1995 e 2000) *Adeus ao trabalho?* – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo de trabalho. 1ª e 7ª Ed. São Paulo: Cortez.

Antunes, Ricardo (1999) *Os Sentidos do Trabalho*: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.

ABESS/CEDEPSS (1996) *Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional*, em Revista Serviço Social e Sociedade nº 50, 1996. São Paulo: Cortez.

ABESS/CEDEPSS (1997) *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*, em Cadernos ABESS nº7, 1997. São Paulo: Cortez.

Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (2000) *O Serviço Social e a questão social: direitos e cidadania*. Brasília: ABEPSS.

Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (2002) Brasília: ABEPSS.

Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. (2004) Brasília: ABEPSS.

Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (2006) Brasília: ABEPSS.

Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (2008). Brasília: ABEPSS.

Azevedo, I. S. (2007) *Resistências ao capitalismo: da transgressão à politização das alternativas*, em 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007. CFESS. CD ROM do evento.

Bernardes, D., Hehlen, V., Gomes, C.M., e Santos, M.M.B. (2004) *As lutas sociais e a construção de um novo espaço social*, em Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2004. Brasília: ABEPSS.

Bernardes, D., Conceição, M.R.F. da. (2007) *Lutas Sociais em Pernambuco na Nova República: 1984 – 1986*, em 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007. CFESS. CD ROM do evento.

Carvalho, Denise B. de, Silva e Silva, Maria Ozanira da (2005) *Serviço Social, Pós Graduação e produção do conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez.

CFESS/ABEPSS/ENESSO (2001) *10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Rio de Janeiro: CFESS. CD ROM do evento.

CFESS/ABEPSS/ENESSO (2004) *11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*: CFESS. CD ROM do evento.

CFESS/ABEPSS/ENESSO (2007) *12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*: CFESS. CD ROM do evento.

Resolução 512 de 29 de setembro de 2007. *Reformula as normas gerais para o exercício da fiscalização profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização*. Brasil: CFESS.

Gohn, Maria da Glória (1982) *Reivindicações Populares Urbanas*. São Paulo: Cortez.

Gohn, Maria da Glória (1990a) *Comunidade: a volta do mito e seus significados*, em Revista Serviço Social & Sociedade n°32, ano XI, 1990. São Paulo.

Gohn, Maria da Glória (1990b) *Conselhos Populares e participação popular*, em Revista Serviço Social & Sociedade n° 34, v.11, 1990. São Paulo.

Gohn, Maria da Glória (1990c) *Estudo Comparativo sobre três formas de organização popular*, em Revista Serviço Social & Sociedade n°33, ano XI, 1990. São Paulo.

Gohn, Maria da Glória (1991) *Movimentos Sociais e a luta pela moradia*. São Paulo: Loyola.

Gohn, Maria da Glória (1994) *História dos Movimentos Sociais e lutas sociais*. São Paulo: Brasiliense.

Gohn, Maria da Glória (1995) *História dos Movimentos Populares*. São Paulo: Loyola.

Gohn, Maria da Glória (1997a) *História dos Movimentos Sociais e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola.

Gohn, Maria da Glória (1997b e 2003) *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 1ª e 4ª Ed. São Paulo: Loyola.

Gohn, Maria da Glória (2000a) *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Gohn, Maria da Glória (2000b) *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez.

Gohn, Maria da Glória (2001a) *Conselhos Gestores e participação sócio-política*, em Coleção questões da nossa época; v. 84, 2001 São Paulo: Cortez.

Gohn, Maria da Glória (2001b) *História dos Movimentos Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola.

Iamamoto, Marilda V. (1998, 1999 e 2003). *O Serviço Social na Contemporaneidade*. 1ª, 2ª e 6ª Ed. São Paulo: Cortez.

Iamamoto, Marilda V. (1999) *O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social*, em Capacitação em Serviço Social e Política Social, 1999. Brasília: CEAD/UnB.

Iamamoto, Marilda V. (1992) *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*, em Ensaio Críticos, 1992. São Paulo: Cortez.

Iamamoto, Marilda V. (2002) Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade, em CFESS; *Atribuições privativas em questão*, 2002. Brasília: CFESS.

Iamamoto, Marilda V. (2004) *A questão social no capitalismo*, em Temporalis. ABEPSS 2 ed. Ano 2, nº3, 2004. Brasília: ABEPSS/Odisséia.

Iamamoto, Marilda V. e Carvalho, Raul de. (1985). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, CELATS.

Kohler, Iliane, Santos, Maria Teresa dos. (2008) *O movimento sociocomunitário em Florianópolis e o direito à cidade*, em Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2008. Brasília: ABEPSS.

Kreutz, Ineiva Terezinha. (2004) *Movimentos sociais no campo: novos sujeitos, novas manifestações*, em Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2004. Brasília: ABEPSS.

Lei n. 8662 de 1993, *Regulamentação da profissão*. Brasil: CFESS.

Lopes, Isabel Cristina Chaves; Vieira, Marco Antônio Pedro. *Movimentos sociais e exercício ético profissional*, em Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2004. Brasília: ABEPSS.

Martinelli, Maria Lúcia (1993) *Serviço Social: identidade e alienação*. 3. Ed. São Paulo: Cortez.

Martinelli, Maria Lúcia (1998) *O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas*, em Revista Serviço Social & Sociedade. Nº 57, Ano XIX, 1998. São Paulo: Cortez.

Martinelli, Maria Lúcia (org) (1999) *Pesquisa qualitativa – Um instigante desafio*. São Paulo: Veras.

Martins, Gilberto de Andrade (2006) *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Montaño, Carlos (2002 e 2005) *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 1ª e 3ª Ed. São Paulo: Cortez.

Netto, José Paulo. (1999) *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. Capacitação em Serviço Social. Módulo 1. Brasília: CEAD, Pp. 91-110.

Netto, José Paulo (1990) *Democracia e transição socialista: escritos de teoria política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

Netto, José Paulo (1996) *Transformações Societárias e Serviço Social* – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil, em Revista Serviço Social & Sociedade n° 50, 1996. São Paulo: Cortez.

Netto, José Paulo (1998) *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez.

Netto, José Paulo (1998, 1997, 2000) *Projeto de formação profissional* - Proposta básica para o Projeto de formação Profissional. Cadernos ABESS n. 6, Pp. 7-8.

Rocha, Andréa Pires. (2000) *Hip Hop: cultura e resistência que explode no interior paulista*, em Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2000. Brasília: ABEPSS.

Sader, Eder. (1988) *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Sader, Emir (1995) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

Sader, Emir (2003) *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Scherer-Warren, Ilse (1987) *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: UFSC.

Scherer-Warren, Ilse (1993) *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola.

Scherer-Warren, Ilse (1994) *Organizações Não-Governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil, em São Paulo em Perspectiva, v.8, 1994*. São Paulo: Revista da Fundação Seade.

Scherer-Warren, Ilse e Reis, M. J (1986) *As barragens do Uruguai: a dinâmica de um movimento social*, em Boletim de Ciências Sociais n.42, Pp.25-48, 1986. Florianópolis: UFSC.

Silva, Maria Ozanira da Silva e. (1995) *O Serviço Social e o popular: registro teórico metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez.

Triviños, Augusto N.S.(1987) *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa na educação*. São Paulo: Atlas.

Wanderley, Mariângela Belfiore. (1993) *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez.